

Análise

Advocacia acelera com investimento e regulação

As grandes sociedades vão disputar 2026 na energia, digital, infraestruturas, imobiliário especializado e defesa. Também a saúde. É aqui que o investimento cresce, nacional e europeu, e é também aqui que o quadro regulamentar está em mudança.

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA



A economia portuguesa vai continuar a crescer em 2026 e a um ritmo superior ao da zona euro e da União Europeia (UE), com um desempenho melhor do que as projeções iniciais sugeriam. Banco de Portugal, Comissão Europeia, OCDE e Fundo Monetário Internacional convergem num cenário de crescimento que supera os 2%, alimentado pela execução dos fundos europeus, estabilidade política, resiliência do consumo privado e continuidade do investimento estrangeiro.

A procura externa permanece uma variável sensível, mas a evolução positiva do emprego, a recuperação gradual dos rendimentos e o regresso de alguma previsibilidade reforçam o clima de confiança. A inflação está sob controlo e as contas públicas também.

A Europa crescerá menos, cerca de 1,2% entre os países do euro, e cerca de 1,4% nos 27. E o cenário deverá manter-se em 2027.

É neste ponto de partida que as sociedades de advogados calibram as apostas para 2026.

“A advocacia, como qualquer outro setor de atividade, tem o seu desempenho intrinsecamente ligado ao desempenho da economia”, José Luis Arnaut, managing partner da CMS Portugal. “Acreditamos que vai ser um ano de oportunidades”, acrescenta.

A advocacia de negócios lê economia antes de ler códigos. As áreas de prática que irão crescer refletem os movimentos estruturais dos mercados: energia, tecnologia, saúde, imobiliário especializado, infraestruturas e defesa surgem como motores óbvios, refletindo as intenções de investimento já manifestadas.

As operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa) continuam a ser um vetor dominante, não apenas pela disponibilidade de capital, mas pela necessidade de consolidação em setores pressionados por escala, tecnologia ou regulamentação. O private equity regressa com mais liquidez, o que implica transações, reorganizações e reestruturações. Fundos internacionais voltam a olhar para Portugal como plataforma de investimento, o que abre espaço para trabalho jurídico sofisticado em financiamento, governação, compliance e litígios decorrentes de processos de integração.

Mais projetos, menos áreas

Esta reorganização traduz-se num movimento interno relevante: as firmas deixam de se estruturar primeiro por áreas e passam a fazê-lo por setores e por projetos. “É cada vez mais importante o foco em setores do que em áreas”, defende Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu Advogados, porque “estão mais direcionados para as necessidades dos clientes, assegurando um leque multidisciplinar de advogados e de profissionais especializados de diferentes áreas, com profundo conhecimento do setor”.

José Luís Arnaut também aponta neste sentido, dando o exemplo dos projetos ligados a centros de dados. “É um setor para o qual a CMS Portugal criou uma equipa multidisciplinar este ano e que congrega áreas como TMC, energia, imobiliário, laboral, público, entre outras”.



“Este é o exemplo perfeito de uma abordagem integrada”, diz.

Este movimento não é isolado: segue uma tendência global de law firms com equipas sector-based, visível em Londres, Madrid e Nova Iorque, onde estruturas por indústria substituem departamentos clássicos. A advocacia portuguesa replica este modelo porque os clientes exigem velocidade, contextualização e equipas que falem “o idioma económico” dos setores onde operam.

Aqui entra também o impacto das grandes reformas europeias: AI Act, ESG reporting, Data Act, NIS2, obrigações de supply chain e nova supervisão financeira, que obrigam práticas jurídicas a cruzar direito, tecnologia, risco e regulação. É uma agenda legislativa sem precedentes que aumenta a procura por assessoria contínua, retenção de talento e investimento tecnológico interno.

Estado determinante

Quando olhamos para as áreas autónomas, tendo em conta que o Estado representa uma muito grande fatia da economia, aquelas para as quais se anunciaram reforços de investimento sobressaem. “Infraestruturas, considerando as intenções do atual governo”, destaca Paula Gomes Freire, managing partner da VdA. “Será crítica em Portugal na próxima década e concentrará muito do investimento nacional e estrangeiro”, reforça ao Jornal Económico (JE) Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

Depois, Paula Gomes Freire aponta as áreas de digital e defesa, “pelo alinhamento com a política industrial europeia e considerando a vantagem competitiva de Portugal em matéria de preços de energia”, que também considera uma área relevante, “pela sua centralidade na transformação digital”. A Abreu também a enquadra entre as prioridades setoriais.

Na transição energética, os agentes do setor exigem licenciamento sofisticado, contratos estruturados, regulação dinâmica, fiscalidade verde e competição



territorial por infraestruturas, energia e tecnologia. Todas as sociedades a identificam como uma das frentes mais competitivas e politicamente determinantes da advocacia em 2026.

Portugal já concentra mais de 60% dos novos investimentos industriais associados a energia limpa na Península Ibérica e prepara concursos para armazenagem estratégica e hidrogénio verde. A dimensão contratual e regulatória destas operações obriga a práticas integradas de projetos, regulação, ambiente, riscos e financiamento.

Na PLMJ também olham para a defesa. “Há algumas áreas para as quais estamos a olhar com muito interesse e temos desenvolvido trabalho cada vez mais relevante com os grandes players do mercado”, diz Bruno Ferreira.

A tecnologia entronca aqui. “O desenvolvimento de data centres e os anunciados investimentos da Microsoft são reveladores do potencial destas áreas no nosso país”, aponta Gomes Freire. “A transição digital com tudo o que implica, nomeadamente a segurança de dados, também tem sido uma área de muito tra-

balho”, acrescenta Ferreira, que também assinala a área da energia. “A transição energética é um caminho sem retorno, independentemente do enquadramento político global”, diz.

A par disso, Portugal tornou-se destino competitivo para data centers devido ao preço da eletricidade, conectividade internacional e disponibilidade de espaço industrial, atraindo hyperscalers norte-americanos e europeus. Esta dinâmica cria trabalho jurídico constante em licenciamento, fiscalidade, cibersegurança e contratos com utilities.

Novas regras

O enquadramento é fundamental e, porque está a mudar, requer acompanhamento. Martim Krupenski, managing partner da Morais Leitão aponta que a sociedade de advogados está a “apostar de forma muito consistente nas áreas



emergentes que têm tido forte impacto na economia portuguesa, como private equity, life sciences [ciências da vida], IA & Tech, compliance e FinReg [software de compliance para instituições financeiras]”. São domínios que vivem atualmente um ponto de viragem: “Atraem novos investidores e operadores, com elevado potencial de crescimento, têm enquadramentos legislativos e regulamentares em rápida transformação e colocam desafios que exigem uma combinação de especialização técnica, capacidade de antecipação e leitura estratégica do mercado, com modelos de negócio particularmente complexos”, explica.

A afirmação revela que o crescimento já não depende apenas de volume de transações, mas de compreensão integrada da arquitetura de mercado.

A saúde é outro setor que responde simultaneamente a dinâmicas sociais e de mercado: envelhecimento, consolidação de operadores, pressão de compliance e contencioso regulatório. É também uma área onde a Morais Leitão atua — life sciences — onde a regulação europeia e internacional cria camadas de exigência

que exigem conhecimento especializado e leitura estratégica.

O aumento previsto da despesa em saúde e a digitalização clínica criam frentes adicionais em proteção de dados, contratos de plataforma, ensaios clínicos e aquisições de operadores privados. A advocacia segue esta linha porque acompanha a reconfiguração do SNS e o crescimento dos grupos privados.

Imobiliário, sempre

O imobiliário especializado continua ativo — logística, turismo premium, residências académicas, reabilitação urbana e data centres. E o imobiliário tem sido o grande dinamizador do mercado de fusões e aquisições. Esta reconfiguração reforça o protagonismo do direito público, urbanismo e contratação pública, campos onde a litigância pode crescer com a tensão entre planeamento, política pública e contestação social.

Aqui, as sociedades olham também para financiamento alternativo e fundos de reabilitação regulados, que canalizam capital estrangeiro para Portugal. A litigância cresce nos temas de solos, licenças e taxas municipais, reforçando o peso do contencioso administrativo.

No contencioso e arbitragem, a Abreu nota relevância crescente e a PLMJ aponta “as ações populares” como segmento estratégico onde se destaca e onde a litigância ganhará escala, alimentada por maior regulação, pressão social e entrada de operadores internacionais.

O reforço das agências reguladoras e da fiscalização de mercado, bem como o aumento das indemnizações em litígios coletivos, fazem deste campo uma das áreas com maior potencial em 2026, sobretudo em energia, consumo, inovação, tecnologia e ambiente.

No fiscal e na eficiência de capital, a complexidade aumenta com fiscalidade verde, digital, incentivos e controlo europeu — um campo onde a Morais Leitão posiciona FinReg e compliance como domínios decisivos para assegurar confor-

midade regulatória e governança de risco.

O laboral ganha nova vida com IA, escassez de talento, teletrabalho e produtividade, exigindo equipas híbridas. Integrado em compliance, tecnologia, privacidade e ESG, torna-se pilar transversal.

A internacionalização mantém-se forte. Portugal atrai capital e as firmas portuguesas acompanham clientes para África lusófona, Europa e América Latina. Arbitragem transfronteiriça, fiscal internacional e regulação complexa reforçam esta aposta.

Além disso, Portugal quer tornar-se, mesmo, um gateway para África Ocidental lusófona e é plataforma operacional para investimentos europeus no Brasil, criando procura por governance transfronteiriça, arbitragem e proteção de investimento.

A advocacia portuguesa reorganiza-se por setores. A Abreu posiciona multidisciplinaridade orientada a mercados; a VdA identifica infraestruturas, energia, digital e defesa como âncoras industriais com vantagem competitiva; a PLMJ assume infraestruturas, energia, educação, defesa, transição digital e ações populares como campos onde ambiciona liderança; a Morais Leitão declara aposta consistente em private equity, life sciences, AI & Tech, compliance e FinReg, setores onde vê “pontos de viragem” que exigem capacidade de antecipação e leitura estratégica.

O mercado jurídico português entra em 2026 guiado por setores, não apenas por áreas. Quem entender o negócio antes da norma, o contexto antes da lei, e o mercado antes do processo, liderará num ambiente mais competitivo, mais regulado e profundamente internacionalizado.